



Entre o rural e o urbano: rumo a uma abordagem interdisciplinar das áreas de interface urbano-rurais na RMSP

Autores:

Bruno César Nascimento Portes - UFABC - bcportes@gmail.com

Luciana Rodrigues Fagnoni Costa Travassos - UFABC - luciana.travassos@ufabc.edu.br

Resumo:

O artigo tem como objetivo apresentar um debate teórico e conceitual sobre os conceitos de rural, ruralidade e interface urbano-rural, com o intuito de embasar a elaboração de critérios para a complexificação tipológica de rural e urbano em regiões metropolitanas brasileiras, de forma geral, e da Região Metropolitana de São Paulo, mais especificamente. Após o levantamento das abordagens existentes, conclui-se que a abordagem territorial fornece um conjunto promissor de ferramentas para o planejamento deste território, uma vez que, nessa abordagem, as áreas de interface urbano-rural, para além da dicotomia entre estas categorias espaciais, são consideradas como territórios particulares, resultantes de processos urbanos e rurais específicos e da combinação entre eles no espaço e configuradas como espaço híbrido, onde as relações urbano-rurais estão mais entrelaçadas e os limites, mais indefinidos.

ENTRE O RURAL E O URBANO

Rumo a uma abordagem interdisciplinar das áreas de interface urbano-rurais na RMSP

INTRODUÇÃO

No contexto do planejamento e gestão do território, o que se propõe para o desenvolvimento de determinados espaços depende da maneira com a qual eles são conceitual e geograficamente definidos (WANDL et al, 2014), sendo predominante a classificação dos territórios como urbano ou rural. Estas definições carregam consigo um conjunto de valores a respeito do que são estes espaços, quais elementos dão sentido a sua existência e quais os seus papéis no desenvolvimento das sociedades (VEIGA, 2004).

Nas últimas quatro décadas têm-se observado um esforço de diversos países em repensar estas classificações territoriais na medida em que estes espaços e as noções de urbano e rural se transformaram ao longo do processo de globalização. Nas propostas recentes de classificação elaboradas pelos Estados Unidos, OCDE e França, observa-se uma mudança de paradigma na forma de interpretação do rural e do urbano, na qual estas realidades espaciais foram deixando de serem encaradas como antitéticas e descontínuas, passando a adotar uma visão de complementaridade em um *continuum* urbano-rural. (FAVARETO, 2006)

No Brasil, algumas propostas recentes como a de Tipologia Regionalizada dos Espaços Rurais Brasileiros (IICA, 2017) e a nova classificação territorial do IBGE (IBGE, 2017) buscaram complexificar a representação do urbano e o rural contemporâneo na escala regional, resultando em diferentes leituras dos territórios rurais e da dimensão do urbano no Brasil. Embora estas abordagens utilizem critérios menos estanques se comparados aos critérios oficiais de delimitação do urbano e do rural no Brasil, quando se trata de representar as áreas não densamente povoadas nos municípios altamente urbanizados, como é o caso da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), estes municípios são frequentemente demarcados como completamente urbanizados. Considerar os municípios situados em regiões metropolitanas como completamente urbanos implica na invisibilização da ruralidade ali presente, de modo que o planejamento e as políticas públicas direcionadas às bordas da cidade tenham um viés predominantemente urbano (TRAVASSOS E FERREIRA, 2016).

A delimitação do urbano e do rural na escala metropolitana permanece vinculada ao Decreto-Lei n 311, de 1938, de caráter administrativo no qual estes espaços são definidos ao arbítrio dos poderes municipais. Nesse contexto, é frequente a vinculação do perímetro

urbano aos interesses imobiliários (SANTORO, 2014) existentes ou desejados pelos municípios, por uma razão fiscal. Assim, muitos municípios eliminam completamente suas zonas rurais, independentemente da forma de ocupação da terra.

Esta questão se fundamenta em uma visão na qual o rural possui um caráter residual, associado diretamente ao atraso, à carência de serviços e falta de cidadania (ABRAMOVAY, 2003). Além disso, a admissão de apenas duas categorias espaciais – rural e urbano, sem haver categorias intermediárias – torna a tarefa de planejar as fronteiras metropolitanas bastante difícil, uma vez que os limites entre eles se mostram cada vez mais complexos e difusos. A existência deste vazio institucional implica na perda de importância das áreas não densamente povoadas das regiões metropolitanas para o planejamento, que são frequentemente tidas como reservas para expansão urbana (TRAVASSOS; FERREIRA, 2016).

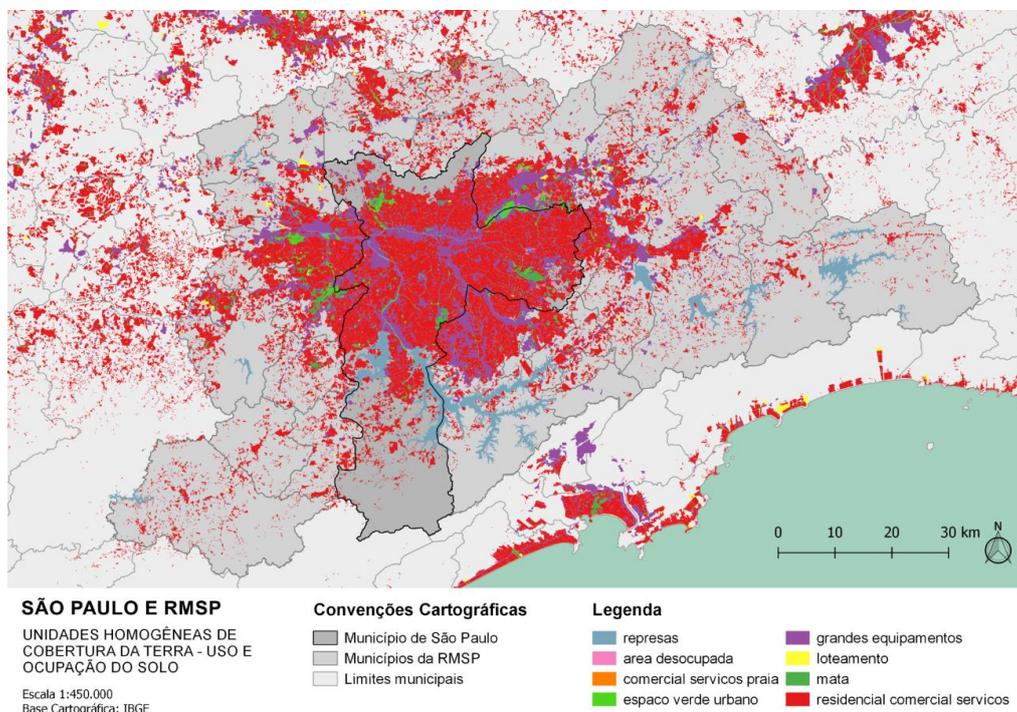
Deste modo, este artigo consiste em uma discussão das abordagens mais recorrentes de definição de rural e de áreas de interface urbano-rurais, com o objetivo geral de apresentar um arcabouço teórico que possa subsidiar propostas de tipologias territoriais para as áreas de fronteira metropolitanas. Com o objetivo específico de delimitar conceitualmente as áreas de interface urbano-rurais na RMSP, a pesquisa da qual este artigo faz parte possui a interdisciplinaridade como elemento central, indispensável para a compreensão das áreas de interface espaciais e conceituais entre o urbano e o rural. Assim, estrutura-se da seguinte forma: no primeiro item serão apresentados alguns elementos da constituição espacial das bordas da RMSP e como as classificações existentes de tipologias urbano-rurais a enxergam. Em seguida serão discutidas as abordagens predominantes nas definições de rural e de áreas de interface urbano-rurais. Por fim, serão discutidos os pontos de convergência entre as abordagens apresentadas e suas implicações para o planejamento destes espaços, tendo as abordagens territoriais e o conceito de espaço híbrido como elementos conciliadores.

REPRESENTAÇÕES DO URBANO E RURAL NA RMSP

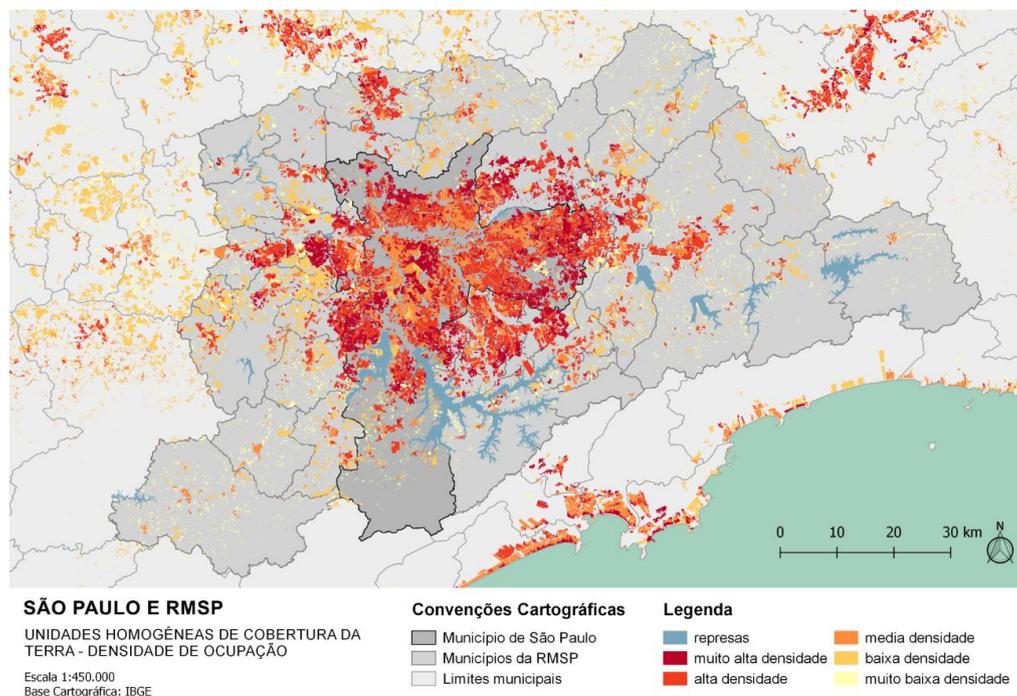
No decorrer do século 20, o entorno rural da RMSP passou por múltiplas transformações ao longo do processo de industrialização e metropolização. Inicialmente composto por um cinturão de chácaras e sítios caipiras predominantemente agrícolas, este rural foi adquirindo novas funções como o desenvolvimento da silvicultura, o extrativismo mineral, a criação de reservas florestais, construção de represas e equipamentos de lazer, configurando o que Langenbuch (1971) denomina “subúrbios rurais”. No entanto, o cinturão constituído por esses subúrbios se mescla com manchas urbanas em expansão, processo que se intensifica regionalmente a partir da década de 1970, quando o crescimento destas áreas ganha impulso com o processo de desconcentração industrial e o aumento de condomínios fechados para a população de alta renda (LANGENBUCH, 1971; MARQUES, 2016).

Durante o processo de metropolização, as taxas de crescimento populacional e de expansão horizontal da mancha urbana se mantiveram elevadas até a década de 1980, com as maiores taxas observadas nas décadas de 1950 e 1960 (MARQUES, BARBOSA & PRATES, 2015). Todavia, embora seja notável o arrefecimento da taxa de crescimento demográfico da

RMSP após a década de 1980, dinâmicas migratórias internas na metrópole resultam no permanente crescimento da área ocupada nas franjas metropolitanas, em uma morfologia fragmentada, dispersa e com baixa densidade (MARQUES E REQUENA, 2015) (Mapas 1 e 2)

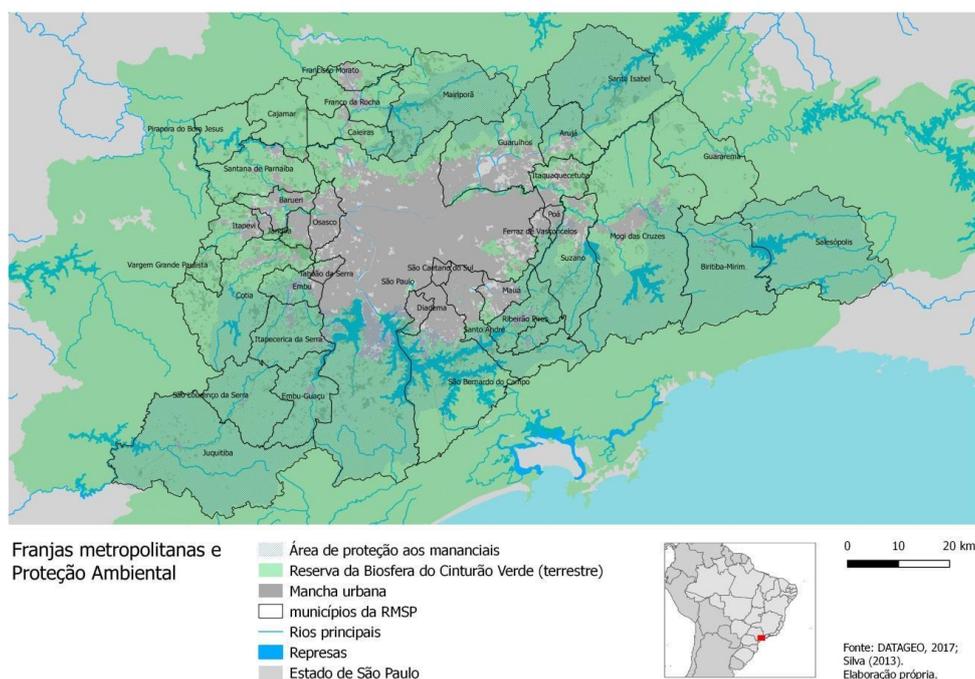


Mapa 1: Ocupação do solo na RMSP. Fonte: elaboração própria



Mapa 2: Densidade de Ocupação na RMSP. Fonte: elaboração própria

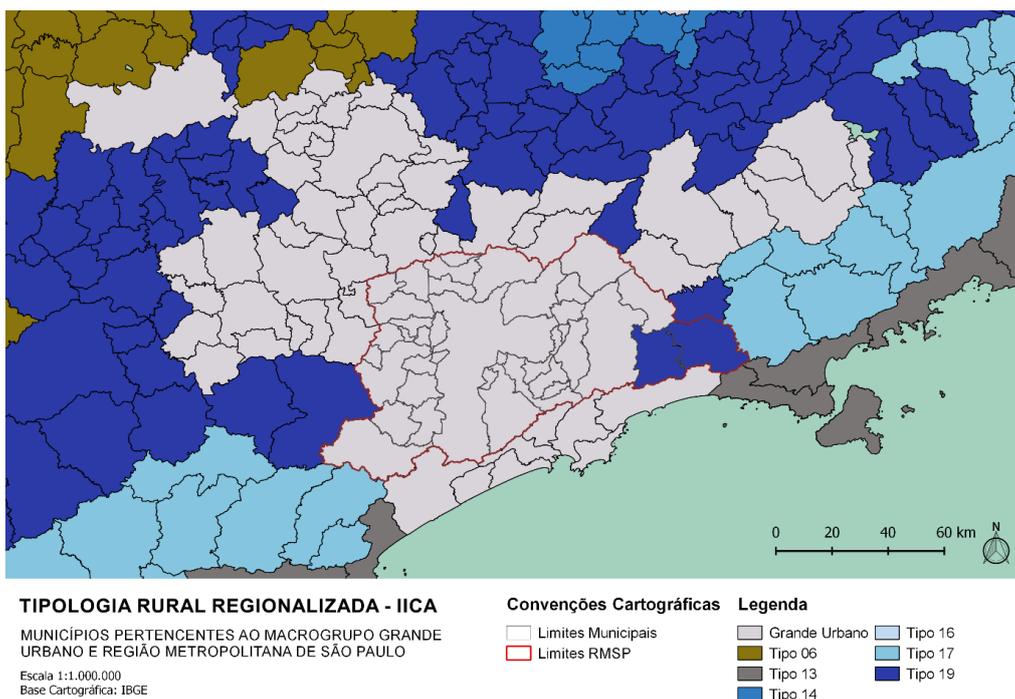
Inserida na Reserva da Biosfera do Cinturão Verde da Cidade de São Paulo certificada pela UNESCO em 1993 (Mapa 3) a porção sul e parte da região norte da RMSP são consideradas Áreas de Proteção e Recuperação de Mananciais, regulamentadas pela Lei Estadual 9.866 de 1997, além de contar com diversas Unidades de Conservação de Uso Sustentável e de Proteção Integral nas esferas municipal e estadual. Estas áreas prestam diversos serviços ecossistêmicos essenciais à metrópole, como o controle do clima, de inundação e estiagem e ciclagem de nutrientes, além de outros serviços como de recreação, cultura e provisão de alimentos (TRAVASSOS; FERREIRA, 2016).



Mapa 3: Franjas metropolitanas e proteção ambiental (TRAVASSOS & PORTES, 2018)

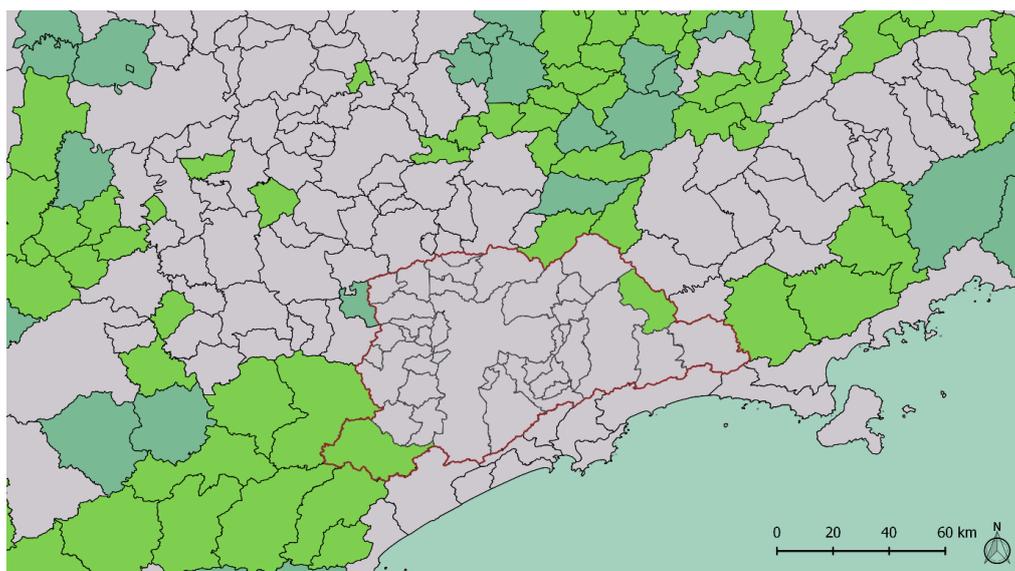
No âmbito das análises do desenvolvimento territorial, algumas propostas de representação do urbano e rural brasileiro na escala regional enxergam o território da RMSP de maneiras distintas. No projeto Tipologia Regionalizada dos Espaços Rurais Brasileiros¹ (IICA, 2017), apenas dois municípios da RMSP – Salesópolis e Biritiba-Mirim – foram considerados como integrantes do tipo 19, de mata atlântica com espaços rurais quase totalmente antropizados, sendo os demais municípios considerados como “grande urbano” (Mapa 4), Cabe aqui a ressalva de que o recorte adotado neste projeto não contempla, a princípio, os municípios localizados em regiões metropolitanas, para os quais os autores defendem ser necessária uma abordagem específica fundamentada nas dinâmicas periurbanas (IICA, 2017).

¹ Ao todo, foram identificados 26 tipos de espaços rurais brasileiros relacionados aos seis macrobiomas do país.



Mapa 4: Tipologia Regionalizada do Rural Brasileiro e Municípios da RMSP (IICA, 2017)

Outra iniciativa neste âmbito partiu de um estudo exploratório do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, que procurou complexificar a divisão tradicionalmente utilizada pelo instituto entre rural e urbano em escala regional, inserindo as variáveis de localização, isolamento, tamanho e densidade populacional (IBGE, 2017). Na RMSP, somente os municípios de Guararema e Juquitiba passam a ser considerados como “rural adjacente”, os demais seguem como “predominantemente urbano” (Mapa 5). Apesar de o resultado conferir ao Brasil uma análise muito diferente de seu rural como um todo, esta proposta segue insuficiente para representar as áreas não densamente ocupadas na metrópole, em especial considerando a diversidade espacial intramunicipal.



TIPOLOGIA URBANO-RURAL - IBGE

MUNICÍPIOS DA REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO
CARACTERIZADOS COMO URBANOS E RURAIS

Escala 1:1.000.000
Base Cartográfica: IBGE

Convenções Cartográficas

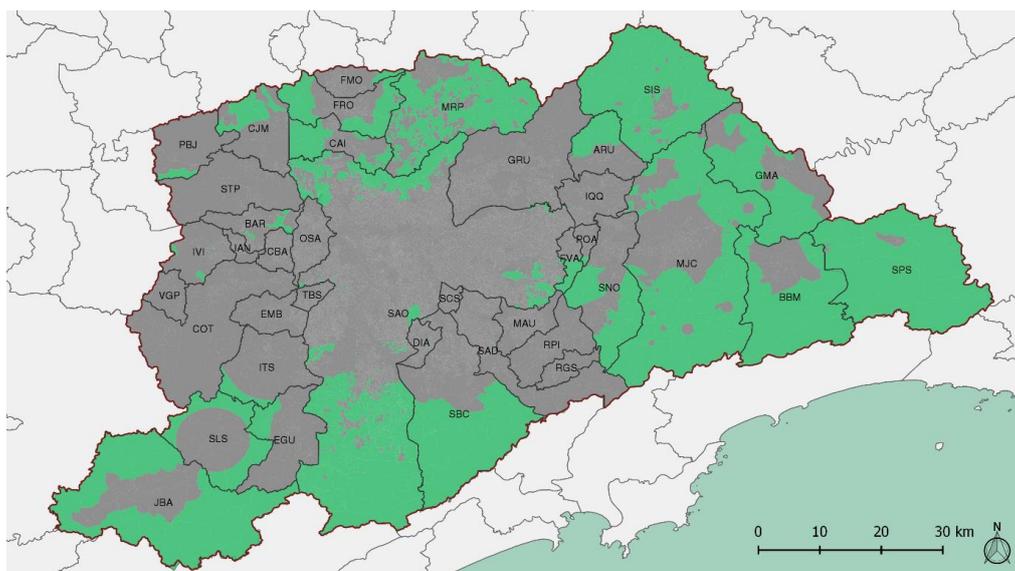
□ Limites Municipais
□ Limites RMSP

Legenda

□ Urbano
■ Intermediário Adjacente
■ Rural Adjacente

Mapa 5 Tipologia Urbano e Rural IBGE (IBGE, 2017)

Por outro lado, nas bases territoriais utilizadas no levantamento do Censo Demográfico de 2010, também do IBGE, diversos municípios da RMSP apresentaram setores censitários declarados legalmente como rurais (Mapa 6). Neste levantamento houve também uma tentativa de refinamento destas categorias, que reconhece, para os setores em situação urbana, áreas urbanizadas e não urbanizadas de cidade ou vila e áreas urbanas isoladas; enquanto que para os setores em situação rural foram delimitadas zonas rurais e aglomerados rurais povoados, núcleos e áreas rurais de expansão urbana (Mapa 7).



SITUAÇÃO URBANO/RURAL - IBGE CENSO 2010

SETORES CENSITÁRIOS DA REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO POR SITUAÇÃO URBANA OU RURAL

Escala 1:450.000
Base Cartográfica: IBGE

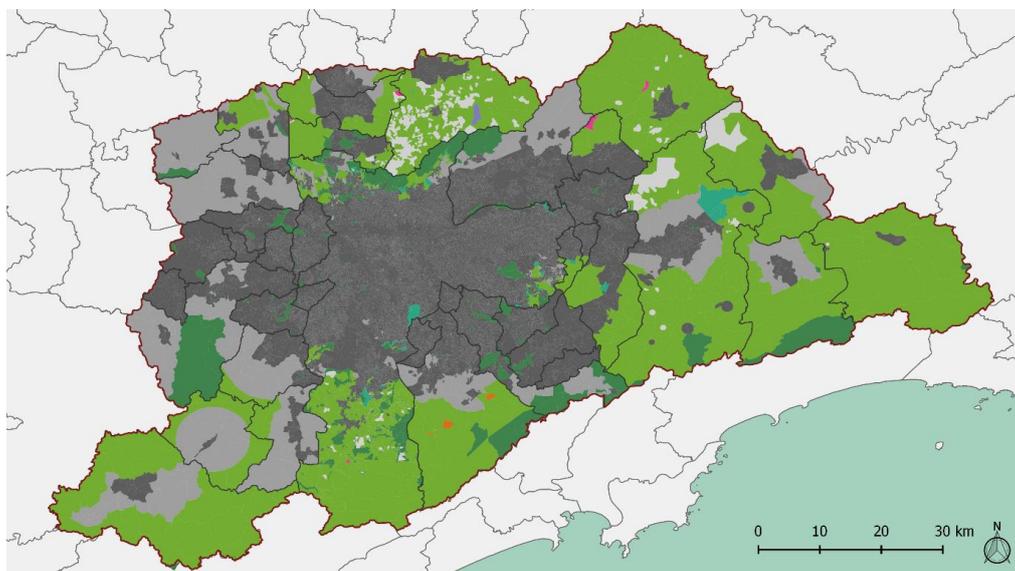
Convenções Cartográficas

□ Limites Municipais
□ Limites RMSP

Legenda

■ RURAL
■ URBANO

Mapa 6: Situação urbano/rural por setor censitário na RMSP. Fonte: IBGE



SITUAÇÃO URBANO/RURAL - IBGE

SETORES CENSITÁRIOS DA RMSP POR SITUAÇÃO URBANA OU RURAL QUALIFICADA

Escala 1:450.000
Base Cartográfica: IBGE

Legenda

□ Limites municipais
■ Área de preservação ambiental
■ Área urbanizada de cidade ou vila
■ Área não urbanizada de cidade ou vila
■ Área urbana isolada
■ Aglomerado rural de extensão urbana
■ Aglomerado rural isolado - povoado
■ Aglomerado rural isolado - núcleo
■ Outros aglomerados rurais
■ Zona rural, exclusive aglomerados rurais

Mapa 7: Situação urbano/rural qualificada por setor censitário na RMSP. Fonte: IBGE

Como se pode observar nos mapas acima, as áreas não densamente povoadas nas fronteiras da metrópole se mostram, nas diversas representações, subdimensionadas. Em ambas as propostas de tipologias territoriais em escala regional, a grande maioria dos municípios da RMSP é tida como integralmente urbana. Já nas delimitações em escala municipal, embora haja municípios que declaram a existência de áreas rurais, o dinamismo e

a fragmentação morfológica das áreas de interface urbano-rurais carecem de visibilidade, havendo por um lado, municípios que consideram estas áreas como urbanas e, por outro, municípios que as compreendem como rurais. Tal divergência de compreensão deste território traz a tona a necessidade de se discutir e reavaliar a dualidade conceitual que fundamenta esta divisão urbano-rural e a possibilidade de se estabelecer categorias intermediárias que possam melhor representar esta realidade territorial.

OS CONCEITOS DE RURAL E RURALIDADE

O conjunto de transformações em larga escala iniciados na década de 1980, que engendraram os processos de globalização ocasionou uma série de mudanças nos espaços rurais e urbanos, bem como as relações que se estabelecem entre eles. Dentre estes processos, destacam-se a crise do modelo produtivista agrícola nos países de capitalismo avançado, as novas relações econômicas e sociais no meio rural e a busca deste espaço por categorias sociais de origem urbana (WANDERLEY, 2000).

Embora estes processos possam ser observados empiricamente, há divergências na interpretação destes fenômenos no que diz respeito ao lugar do rural no desenvolvimento das sociedades. Neste debate há por um lado, tanto autores que defendem a ideia de que a industrialização, urbanização e globalização levariam ao “fim do rural”, quanto autores que defendem que a globalização engendraria certo renascimento rural, ou o surgimento de uma nova ruralidade (VEIGA, 2004).

Para que se possa compreender as hipóteses defendidas neste debate, é importante ter em mente que os conceitos de rural e ruralidade influenciam na maneira com a qual as transformações econômicas, políticas e sociais neste meio são interpretadas. Segundo Cloke (2006), em termos gerais é possível reconhecer três enquadramentos teóricos significativos que têm influenciado na construção conceitual de ruralidade nas décadas de 1970, 1980 e 1990:

- 1) A perspectiva funcional de ruralidade, na qual o rural é definido como áreas que:
 - a. São dominadas por usos do solo agrícolas e florestais;
 - b. Contém pequenos assentamentos que demonstram forte relação entre as edificações e a paisagem, e que são entendidos como rurais pela maioria de seus moradores;
 - c. Dão origem a um modo de vida que se caracteriza por uma identidade coesa baseada no respeito pelas qualidades ambientais e componentes da vida como parte de uma extensa paisagem.

- 2) A perspectiva *político-econômica*, que busca esclarecer a natureza e a posição do rural em termos da produção social do espaço. Nesta abordagem, o elemento que dá sentido à existência do rural deixa de ser sua funcionalidade e passa a ser sua relação com as dinâmicas político-econômicas nacionais e internacionais. Passou-se a evidenciar o fato de que o que acontece nas áreas rurais é causado por fatores

que operam fora dos supostos limites dessas áreas. Há o reconhecimento de que os problemas estruturais comuns às áreas urbanas manifestam-se no rural de forma diferente, havendo assim uma “dimensão rural” caracterizada por:

- a. Uma ocupação dispersa e pouco densa, que leva a problemas de acessibilidade e serviços públicos dispendiosos;
 - b. Uma ideologia política local distinta que favorece o mercado, o trabalho não assalariado e o autoemprego, ao invés da intervenção do setor público.
- 3) A ideia de ruralidade *socialmente construída* baseada nos modos de pensamento pós-modernos e pós-estruturais, especialmente sobre o papel da cultura na distinção socioespacial. Nesta perspectiva, a importância do rural reside nos valores sociais, culturais e morais associados à ruralidade, aos espaços rurais e à vida rural. As noções simbólicas do meio rural se separaram de suas amarras referenciais, o que significa que o espaço rural socialmente construído se distanciou de tal forma do espaço rural funcional, que atualmente há autores que consideram a ruralidade em termos de uma "pós-ruralidade".

Cloke (2006) aponta também para as críticas mais frequentes a estas abordagens e ao significado que é atribuído ao rural nestas perspectivas. Segundo o autor, na perspectiva funcional, há uma persistência na assimilação entre o espaço rural e a atividade agrícola, como se isso fosse, de alguma forma, imutável. Nesta visão, o planejamento rural se restringe a demarcar áreas de preservação ambiental e a planejar a agricultura, uma atividade setorial que tende a empregar cada vez menos pessoas em função da modernização da produção. Enxergar o rural a partir de uma perspectiva funcional significa, por um lado, ignorar a existência de uma diversidade de configurações territoriais rurais e, por outro, restringir as possibilidades de desenvolvimento da população rural, tanto em quantidade de empregos, quanto em diversidade de opções.

Na perspectiva político-econômica, a ruralidade enquanto categoria analítica perdeu ênfase na medida em que o foco dos estudos se volta para as dimensões de poder e nos mecanismos de reprodução social, o que muitas vezes é discutido sem uma referência espacial (CLOKE, 2006). Nessa abordagem, considera-se a existência de um conjunto de características estruturantes inerente aos espaços rurais que os difere dos espaços urbanos, cujos elementos centrais da “dimensão rural” dizem respeito ao trabalho não assalariado e as relações pré-capitalistas de reprodução social. No que diz respeito ao planejamento do território, esta abordagem oferece poucos elementos, uma vez que os elementos centrais são frequentemente discutidos sem remeter a uma base espacial, havendo apenas a distinção entre as dimensões urbana e rural do desenvolvimento (CLOKE, 2006).

Na abordagem da ruralidade socialmente construída, os elementos que dão sentido à existência do rural se descolaram de sua base espacial, uma vez que os signos e símbolos que atribuem significado à ruralidade se separam cada vez mais de seus espaços geográficos referentes (CLOKE, 2006). Partindo da crítica de que a ruralidade nesta perspectiva negligencia as dimensões materiais da condição rural, que tem um impacto real nas experiências das pessoas neste espaço, Woods (2009) discorre a respeito de três direções principais na tentativa de rematerializá-la no campo da geografia rural:

- Por meio da análise das condições materiais e discursivas associadas ao contexto geográfico das localidades rurais, sem sugerir que tais atributos contextuais são características funcionais do espaço rural, ou atribuir causalidade ao estado de “ser rural”;
- Por meio da reafirmação de esforços em definir estatisticamente a ruralidade e categorizar o espaço rural, pela elaboração de indicadores e de tipologias rurais;
- Por meio da conceituação do rural como um espaço híbrido co-construído pela interação entre o meio físico e atores sociais interconectados em redes, caracterizado por múltiplos fluxos e dependências ligando áreas urbanas e rurais.

A abordagem do rural como híbrido propõe uma leitura deste espaço em múltiplas dimensões, que não restringe sua definição a uma ideia social e culturalmente construída, mas considera o caráter complexo da materialidade das relações entre o social, o tecnológico e o natural na configuração do espaço (MURDOCH, 2003). Esta abordagem propõe um ponto de vista analítico no qual o rural contém diversas entidades (atores humanos e não-humanos²) que, interconectados em redes variadas, resultam em uma forma espacial heterogênea e complexa. Deste modo, o rural não é mais compreendido como um único espaço, mas como uma multiplicidade de territórios, cada um com sua própria lógica, suas próprias instituições e sua rede específica de atores (MURDOCH, 2003).

No que diz respeito ao planejamento e gestão do território, esta abordagem se mostra bastante promissora não apenas por complexificar as relações entre o social e o material da ruralidade, mas por reconhecer o rural como um espaço heterogêneo, dinâmico e intrinsecamente relacionado aos centros urbanos. O rural nesta perspectiva não se restringe ao espaço de realização da atividade agrícola, como na perspectiva funcional da ruralidade, ou como o *locus* de transações econômicas não assalariadas, como na perspectiva político-econômica, mas considera a ruralidade como um produto de interações socioespaciais, socioculturais e com o meio biofísico, passando a ser considerada como um conceito de natureza territorial e não setorial.

Um aspecto importante desta abordagem é que os elementos que caracterizam o espaço rural são de natureza relativa, ou seja, possuem uma relação comparativa com os elementos que caracterizam o espaço urbano. Ambos os conceitos constituem qualificações de realidades espaciais distintas, tidas como dois polos de referência em um espectro, cada qual com características empiricamente observáveis. Deste modo, critérios como maior presença de atividades econômicas e ocupações que dependem de recursos naturais, a configuração de uma paisagem mais natural, uma maior dispersão das unidades residenciais e uma menor densidade populacional em relação aos centros urbanos são parâmetros para discernir os espaços urbanos e rurais (WANDERLEY, 2000; ABRAMOVAY 2003; FAVARETO, 2006)

² O autor compreende como não-humanos todos os outros componentes naturais que interagem com os agentes humanos e entre si, configurando o espaço rural, como plantas, animais, insetos, vírus, fungos e bactérias (MURDOCH, 2003).

Embora as áreas de interface urbano-rurais não sejam elementos centrais neste debate, o que se observa na literatura é que a adoção de um conceito de natureza relativa, no qual o rural se configura como um espaço caracterizado por múltiplos fluxos e interdependências com as cidades aponta para o colapso da abordagem dicotômica entre eles. Tem-se, portanto, o entendimento de que as relações urbano-rurais contemporâneas não configuram como uma urbanização extensiva que culminaria no fim do rural, mas da produção de novas formas socioespaciais híbridas que tornam mais difusos os limites entre o urbano e o rural (WOODS, 2009). Segundo este autor, esta difusão se mostra mais evidente nos espaços onde as identidades urbanas e rurais estão mais entrelaçadas, como nas franjas urbano-rurais.

ABORDAGENS E DEFINIÇÕES DAS ÁREAS DE INTERFACE URBANO-RURAL

Em se tratando das áreas de interface urbano-rural, alguns fatores dificultam a construção conceitual deste objeto, como o fato de se tratar de um território mutável, que se define a priori pela indefinição – não é urbano e nem rural – e as diversas nomenclaturas atribuídas a estes espaços³ (BARSKY, 2005). Tal multiplicidade de nomenclaturas reflete a diversidade de formas e processos que dão origem a estes territórios, cada qual carregando consigo um conjunto de valores referentes ao tempo, ao local e ao campo de conhecimento no qual estes conceitos são definidos (WANDL *et al*, 2014).

Com base nas revisões bibliográficas elaboradas por Adell (1999) e Cardoso e Fritschy (2015) a respeito dos configurações e conceitos das interfaces urbano-rurais mais recorrentes na literatura, é possível distinguir três grandes abordagens gerais, que guardam, inclusive, certa relação com as abordagens apresentadas acima: a primeira, de caráter *funcional ou morfológico*; a segunda, fundamentada em *dinâmicas sociais no espaço*; e a terceira, na qual as áreas de interface são tidas como *territórios particulares*.

A abordagem fundamentada em critérios morfológicos ou funcionais originou-se nos anos 1940, na literatura norte-americana, e se compõe por análises de características como densidade, morfologia e mudanças no uso do solo, em padrões radiais a partir do centro urbano. Utilizou, primeiramente, o termo *urban fringe* para descrever as áreas onde os usos do solo urbanos e rurais se misturam em decorrência do crescimento urbano, formando uma zona de transição entre o campo e a cidade. (ADELL, 1999).

Nesta abordagem, encontram-se propostas de definição das áreas de interface urbano-rurais que se pautam no conceito de *ecótono*, uma zona de transição entre dois

³ Os primeiros estudos realizados sobre os espaços de interface urbano-rural utilizavam nomenclaturas que expressavam certa inferioridade espacial (Suburbs, ou “espaços suburbanos”), ou que aludiam a algum caráter intermediário entre o urbano e o rural (“espaço rur-urbano”). Posteriormente, passou-se a utilizar denominações que soavam simplesmente à localização espacial circundante às cidades (urban-fringe, “espaço periurbano”) até chegar a definições mais recentes no contexto globalizado (dispersed-city, ville-éparpillée ou “cidade-difusa” e a “cidade-região”) (BARSKY, 2005).

biomas, cujas características particulares resultam em um território que é mais do que a sobreposição de características dos mesmos, possuindo suas próprias dinâmicas: há tanto a interseção de usos do solo urbanos e rurais, quanto a presença de usos e atividades que são próprios das áreas de borda de grandes cidades (grandes equipamentos urbanos comerciais, industriais e de serviços, obras de infraestrutura de transporte e comunicação) (CARDOSO E FRITSCHY, 2015).

Analisando os elementos que fundamentam esta abordagem teórica, nota-se que os critérios de definição do que consiste a interface urbano-rural giram em torno dos *usos do solo*, seja pela mistura de usos urbanos e rurais, ou pela conversão de usos rurais em urbanos. Embora não seja descrito claramente o que são os usos urbanos e rurais, nota-se a frequente assimilação dos usos rurais à atividade agrícola, sendo considerados urbanos os outros usos, como residencial, comercial, infraestruturas e serviços.

Na abordagem socioespacial, a interface urbano-rural é tida como resultante de processos sociais particulares no espaço, na qual há dois enfoques predominantes: por um lado, a sobreposição de características sociais aos elementos morfológicos descritos anteriormente, com ênfase no padrão heterogêneo de classes sociais e usos do solo. Por outro, a ideia de que, a partir dos anos 1960, a experiência urbana passa a extrapolar os limites físicos das cidades pela transferência de funções urbanas básicas primeiro para os subúrbios, depois para o “campo urbano” maior e mais disperso, fazendo com que a dicotomia urbano-rural perca sentido frente à emergência de um *continuum* rural-urbano (ADELL, 1999).

Desde meados dos anos 1980, os estudos da geografia e do planejamento urbano, com destaque para a literatura francesa, prestam particular atenção às causas da expansão das cidades no *periurbano*, que resulta de processos de dispersão centrífuga de diversas atividades, predominantemente residenciais (AVILA, 2015). Essa tendência de pesquisa enxerga as franjas pobres ou “informais” como espaços que são um produto da interação de intervenção estatal, de políticas (ações programadas, projetos específicos ou “*laissez faire*”) e de ações de práticas dos habitantes vistas como uso e apropriação cotidiana dos espaços, terras e estratégias habitacionais e práticas de autoconstrução (ADELL, 1999).

Contudo, a partir da década de 1980, o debate a respeito da definição das áreas de interface urbano-rural ganha novos contornos na medida em que avançam as discussões acerca das transformações espaciais resultantes do processo de globalização. Nos estudos urbanos e regionais observa-se um grande número de investigações a respeito das mudanças na forma das cidades e no surgimento de novas geografias territoriais, dentre elas a formação de megacidades, regiões metropolitanas polinucleadas e grandes regiões macrometropolitanas (BRENNER, 2015). Dentre estas dinâmicas, observa-se o aumento das discussões a respeito da *periurbanização*, tida como um dos fenômenos de transformação territorial de maior envergadura em diversos países, independente do nível de desenvolvimento, na qual está presente a discussão a respeito do caráter destes espaços interface (ÁVILA SANCHEZ, 2015). Observa-se um fenômeno global de crescimento das fronteiras metropolitanas ligado à desconcentração industrial, ao aumento da dependência do transporte rodoviário e às novas dinâmicas dos mercados de terra urbana (ADELL, 1999).

No campo dos estudos urbanos e regionais, um conceito bastante recorrente que busca definir estas novas geografias territoriais é o de “cidade-região”. Desenvolvido por geógrafos econômicos urbanos europeus, este enquadramento teórico se pauta em uma ideia de organização espacial da economia, na qual a cidade-região se constitui como um campo de interações espaciais focadas na “zona urbana”, mas que se estende sobre os distritos rurais adjacentes (WOODS, 2009). Embora este enfoque reconheça as relações urbano-rurais que configuram o território da cidade-região, esta abordagem centrada nas dinâmicas urbanas carrega consigo os riscos de enxergar o rural somente em termos de suas relações com o urbano e de colocar as questões rurais em segundo plano dentro de estruturas dominadas economicamente pelas cidades (WOODS, 2009).

Por outro lado, no campo dos estudos rurais, os espaços *periurbanos* tem sido objeto de discussões a respeito da ruralidade e da territorialidade na França e em outros países francófonos. Tidos inicialmente como um resultado de um modo de vida motivado pelos atrativos das áreas rurais próximas às áreas urbanas, a identificação deste território tem se pautado em processos específicos que o particularizam em relação às demais áreas rurais. Dentre estes processos, destacam-se a maior mobilidade populacional e acessibilidade dos centros urbanos; a maior densidade populacional em relação aos espaços rurais mais afastados dos centros urbanos; e a maior disponibilidade de infraestruturas de transporte (ÁVILA SANCHEZ, 2015).

Deste modo, a abordagem territorial traz à tona a discussão a respeito da difusão dos limites urbano-rurais uma vez que, na perspectiva híbrida da ruralidade, o rural contemporâneo se configura a partir das múltiplas relações estabelecidas com os espaços urbanos, afetando assim a própria definição dos espaços de interface rural-urbana. Assim, algumas propostas recentes neste campo têm procurado delimitar conceitualmente e espacialmente as áreas de interface urbano-rural para além da dicotomia entre estas categorias espaciais, passando a considerá-las como *territórios particulares*, resultantes de processos urbanos e rurais específicos e da combinação entre eles no espaço (ADELL, 1999).

Partindo do entendimento de que muitos espaços na Europa se configuram como “paisagens híbridas”, Wandl *et al* (2014) defendem que estas áreas não podem ser compreendidas simplesmente como lugares de extrapolação das funções urbanas, ou como lugares cujas características espaciais e programáticas não se encaixam na clássica dicotomia urbano-rural. Estes autores propõem um recorte alternativo que busca representar a complexa configuração socioespacial dos *territórios intermediários* e distingui-los das áreas urbanas e rurais, que são identificados por quatro características-chave: a morfologia combinada de espaços construídos com espaços vegetados; a relação das infraestruturas com a conexão espacial; a multifuncionalidade na escala regional; e a ausência de planejamento e políticas direcionadas, que resulta em alto nível de autoconstrução do espaço.

Embora a abordagem territorial das áreas de interface urbano-rurais forneça ferramentas conceituais importantes para a compreensão deste território na sua particularidade, o foco desta discussão nas últimas décadas esteve em diferenciar as áreas de interface das áreas urbanas e rurais, havendo pouca dedicação em compreender as múltiplas realidades nelas mesmas (GONÇALVES *et al*, 2017). A multiplicidade de atores e usos do solo coexistentes nestes espaços traz à tona a importância de se analisar os discursos dos agentes

ali presentes, uma vez que estes discursos representam identidades e interesses diversos, relacionados às maneiras de se apropriar do espaço e dos bens materiais e simbólicos desta localidade (CARNEIRO, 2008; GONÇALVES *et al*, 2017).

Esta heterogeneidade de atores, interesses, discursos e formas apropriação do espaço é chave para as discussões dos espaços de interface, uma vez que a sobreposição territorial de interesses contraditórios engendra conflitos por usos do solo e dos recursos naturais que são específicos das áreas de interface urbano-rurais (TORRE *et al*, 2014). O estudo elaborado por Overbeek e Terluin (2006), por exemplo, mostrou como a percepção da pressão urbana em áreas rurais próximas a regiões metropolitanas na Europa pelos atores nestas localidades foi bastante contrastante. Enquanto havia aqueles que percebiam a presença de novos moradores e atividades econômicas como oportunidades de desenvolvimento local, havia também interesses contrários, buscando a preservação da paisagem e dos modos de vida rurais, mesmo entre novos moradores de origem urbana.

Ao confrontar as abordagens conceituais de interface urbano-rural com os conceitos de rural, analisados no item anterior, percebe-se alguns pontos de convergência e divergência entre elas, sobretudo no que diz respeito à maneira com a qual o espaço rural é enxergado. Na abordagem morfológica, os critérios utilizados remetem à perspectiva funcional de ruralidade, na qual o rural é definido pela presença de atividade agrícola. Conforme discutido anteriormente, a definição de rural adotada neste artigo se baseia em uma perspectiva multidimensional que não se limita aos usos do solo. Assim, as abordagens que buscam definir as áreas de interface rural-urbana tendo como critério fundamental a mistura ou conversão de usos do solo não se mostram compatíveis com a definição de rural adotada nesta pesquisa.

Na abordagem socioespacial, um elemento que é trazido ao debate é a ideia de que as realidades territoriais urbano e rural se manifestam no espaço na forma de um *continuum* urbano-rural. No campo dos estudos rurais, a perspectiva dicotômica, na qual estes territórios são tidos como antitéticos e se manifestam de maneira descontínua no espaço foi perdendo força na medida em que estudos empíricos indicaram que essa relação se estabelece mais como um *continuum* urbano-rural (MARQUES, 2002). Embora nesta abordagem permaneça a ideia de que urbano e rural são realidades espaciais distintas, estas passam a serem encaradas como dois polos de referência em um espectro, cada qual com suas características empiricamente observáveis, permitindo delimitar determinadas regiões “mais rurais” ou “mais urbanas” e diversas formas socioespaciais híbridas, como as áreas próximas e no entorno de grandes centros urbanos (WOODS, 2009).

No entanto, enquanto nos estudos rurais, a dissolução desses limites está relacionada à adoção de um conceito relacional e às conexões que se estabelecem entre estes espaços, na abordagem socioespacial da interface rural-urbana este conceito está muito mais centrado no dinamismo das cidades e nos avanços do “modo de vida urbano” sobre o rural. Este avanço, por sua vez, diz respeito à movimentação das classes médias para as áreas rurais próximas às cidades que levam consigo hábitos de consumo e ideologias urbanas, o que traz à discussão o significado que é atribuído ao acesso a bens e serviços no rural.

Nesta linha de pensamento, se o acesso a bens e serviços é característica do urbano, e sua ausência, do rural, tem-se então subentendido que o rural é definido pela carência e pelo

atraso material. Como aponta Abramovay (2003), é compreensível que esta visão tenha prevalecido nos meados do século XX, quando o ideal de desenvolvimento voltava-se fundamentalmente ao processo de industrialização e urbanização, denotando um olhar enviesado pela fatalidade de generalização do urbano. Entretanto, enquanto a emancipação da população rural for interpretada como urbanização do campo e a conexão com centros urbanos – uma das características centrais dos espaços rurais dinâmicos – for vista como sinônimo de desruralização, a própria elaboração de políticas para as áreas rurais fica comprometida, uma vez que nesta visão o rural consiste em uma etapa a ser superada no desenvolvimento da sociedade (ABRAMOVAY, 2003).

Assim, ao contrapor a abordagem socioespacial de definição da interface urbano-rural com a definição híbrida de rural adotada como parâmetro inicial neste artigo, observa-se que embora ambas defendam que as realidades territoriais se manifestam na forma de um *continuum* urbano-rural, os significados atribuídos à melhoria das condições de acesso a bens e serviços no meio rural e à procura destes espaços por populações de origem urbana são conflitantes.

É importante observar que tanto na abordagem morfológica, quanto na socioespacial, persiste a clara ideia de que a interface urbano-rural se configura a partir de mudanças ou da evolução das bordas das cidades para fora, colocando-as como áreas “pré-urbanas”, que com o tempo farão parte da cidade propriamente dita. Esta suposição coloca a cidade como lugar central que cresce continuamente sobre uma paisagem rural estática e homogênea. Assim, a interface passa a ser considerada como resultado de processos impulsionados fundamentalmente pela cidade, e não como processos territoriais de interação de forças urbanas e rurais (ADELL, 1999; FURTADO, 2011).

Por fim, tendo em mente a possibilidade de compatibilização das definições de interface urbano-rurais com a perspectiva híbrida de rural para a construção de uma abordagem interdisciplinar que possa subsidiar ferramentas de planejamento e gestão do território, percebe-se que a abordagem territorial oferece uma base teórica bastante promissora por três motivos: primeiro, por não se pautar em critérios estáticos ou que reduzam o urbano e o rural a uma única dimensão como o uso do solo. Segundo, que nessa abordagem o rural não é visto como o espaço não desenvolvido, ou que ainda não foi atingido completamente pela urbanização, remetendo a uma visão linear de desenvolvimento que coloca o urbano como a referência de moderno e o rural, de atraso. Em terceiro lugar, essa perspectiva reduz a centralidade do urbano como elemento estruturador do território e considera as dinâmicas rurais igualmente importantes nas relações e processos que configuram as interfaces urbano-rurais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora as trajetórias do debate conceitual a respeito das definições de rural e das áreas de interface urbano-rurais apresentem trajetórias bastante distintas, a análise desta literatura revelou que há determinadas abordagens que convergem no sentido de reconhecer

que a visão dicotômica entre estes espaços não possui aderência no contexto contemporâneo. Em ambos os campos de discussão, nota-se o questionamento de definições estanques e a procura de definições mais dinâmicas e multidimensionais, que enxergam estes territórios a partir das relações estabelecidas entre o urbano e o rural.

Trazendo esta discussão para o objeto deste estudo, observa-se a existência de um conjunto de elementos de ruralidade nas fronteiras da RMSP como uma menor densidade populacional, de equipamentos e de serviços; a presença de pontos de ecoturismo e turismo rural; e a demarcação de áreas de proteção ambiental como as APRMs Billings e Guarapiranga e as APAs Bororé-Colônia e Capivari-Monos (GALVÃO, 2017) a presença de diversos tipos de segundas residências motivadas pelos atrativos naturais e paisagísticos da região, sendo característico da região Sul de São Paulo um movimento de conversão de domicílios de uso ocasional para permanentes nas áreas rurais, em especial nos condomínios, motivada pela aposentadoria do ocupante ocasional (FRANCA *et al*, 2005).

Contudo, uma questão ainda paira sobre este objeto: quando se trata de recortar e classificar as heterogeneidades espaciais, em que medida a presença de indicadores de ruralidade em um determinado espaço é suficiente para delimitá-lo como rural? Nesse sentido, a escala de análise tem um papel fundamental no recorte dos tipos espaciais, uma vez que em municípios altamente urbanizados como São Paulo, a presença de características urbanas pesa muito mais do que as características rurais, fazendo com que em muitos casos o município como um todo seja considerado urbano, invisibilizando a ruralidade presente nas áreas de fronteira menos densamente ocupadas.

É evidente que quando se trata de elaborar classificações, recortes e ferramentas de planejamento, qualquer abordagem teórica que embase esta prática implica em reduzir a complexidade da realidade a um conjunto tipos que consiga representá-la de maneira simplificada. Todavia, o desafio consiste em equilibrar esta simplificação com a complexidade do mundo real, tarefa na qual a escolha da abordagem teórica é chave para alcançar este equilíbrio. Em se tratando do espaço metropolitano, o fato da escala de análise ser menor, combinado com a coexistência imbricada de elementos urbanos e rurais faz com que a adoção de abordagens conceituais que partem da dualidade entre estes espaços implique em grandes perdas de complexidade, qual seja a perspectiva adotada: urbana ou rural.

Deste modo, a abordagem territorial de definição deste espaço, na qual a interface urbano-rural é compreendida como um *espaço híbrido*, ou seja, um espaço onde as relações urbano-rurais estão mais entrelaçadas e os limites entre eles, mais indefinidos (WOODS, 2009) fornece um conjunto promissor de ferramentas para o planejamento deste território pelas seguintes razões:

- A) A possibilidade de convergência entre os campos dos estudos rurais e dos estudos urbanos e regionais, havendo no território uma ferramenta analítica capaz de abarcar estudos interdisciplinares;
- B) A possibilidade de realizar análises complexas a respeito das relações urbano-rurais presentes nos espaços de interface, bem como dos diversos usos, dinâmicas, atores, percepções e conflitos neles presentes;

- C) A possibilidade de capturar e representar a heterogeneidade das áreas de interface, os diversos desafios e potencialidades que podem embasar políticas territoriais para estas áreas que não se restrinjam às políticas urbanas ou rurais.

Entretanto, se por um lado esta abordagem oferece uma arena de discussão na qual é possível alinhar as dinâmicas urbanas e rurais contemporâneas tendo o território como uma ferramenta analítica comum entre estes dois campos do conhecimento, por outro, novas questões e desafios são levantados. Se a materialidade das áreas de interface resulta de processos urbanos, rurais e das relações entre eles, como estes processos se manifestam nas diversas fronteiras metropolitanos do Brasil, em geral, e na RMSP, em particular? Se as aglomerações metropolitanas se deram em espaços e momentos históricos diferentes da trajetória do desenvolvimento nacional, espera-se que os agentes e as combinações de processos nas áreas de interface urbano-rurais sejam também diversos, resultando numa variedade de conflitos e questões a serem enfrentadas. Como capturar e representar a heterogeneidade de processos e agentes que se dão em uma mesma região metropolitana? Estas e outras questões trazem à tona a necessidade de se aprofundar os estudos empíricos a respeito dos múltiplos agentes, territórios, relações, interesses e conflitos que se dão nas áreas de interface de modo a ampliar a compreensão a respeito das diversas manifestações territoriais destes espaços no Brasil.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. Funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo. In: O Futuro das Regiões Rurais. 1. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

ADELL, G. Theories and models of the peri-urban interface: a changing conceptual landscape. London, UK, 1999.

AVILA SANCHEZ, H. Tendencias recientes en los estudios de Geografía rural. Desarrollos teóricos y líneas de investigación en países de América Latina. Investigaciones Geograficas, n. 88, p. 75–90, 2015.

BARSKY, A. El periurbano productivo, un espacio en constante transformación. Introducción al estado del debate, con referencias al caso de Buenos Aires. Scripta Nova, v. 36, n. 194, p. 1–15, 2005.

BRENNER, N., & SCHMID, C. Towards a new epistemology of the urban? City, 19(2–3), 151–182, 2015.

CARDOSO, Maria Mercedes & FRITSCHY, Bianca Argentina. Revisión de la Definición del Espacio Rururbano y sus Criterios de Delimitación. Contribuciones Científicas GEAEA. V. 24, p. 27-39. 2012.

CARNEIRO, M. J. “Rural” como categoria de pensamento. Ruris, v. 2, n. 1, p. 9–38, 2007.

CLOKE, P. Conceptualizing rurality. In: CLOKE, P.; MARSDEN, T.; MOONEY, P. (Eds.). . Handbook of rural studies. London; Thousand Oaks; New Delhi: SAGE, 2006. p. 18–28.

CUNHA, J.M.P. Dinâmica demográfica e migratória da Região Metropolitana de São Paulo no período 1991-2010: realidades e mitos. In: MARQUES, E. (Org.). A metrópole de São Paulo no século XXI: espaços, heterogeneidades e desigualdades. 1. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2015, p. 107-145.

DUNK, A. VON DER *et al.* Defining a typology of peri-urban land-use conflicts - A case study from Switzerland. *Landscape and Urban Planning*, 2011. v. 101, n. 2, p. 149–156.

FAVARETO, A. Paradigmas do desenvolvimento rural em questão - do agrário ao territorial. 2006. Tese (Doutorado em Ciência Ambiental) - Ciência Ambiental, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006. doi:10.11606/T.90.2006.tde-24042008-113514.

FRANCA *et al.* Turismo e lazer em áreas periurbanas de proteção de mananciais: território, paisagem e multifuncionalidade. Projeto NEGOWAT: Action research on land and water conflicts in peri-urban Latin America, Jan. 2005.

FURTADO, M. DE F. R. DE G. Áreas de Interface Periurbanas: Desafios Conceituais e Metodológicos. In: RANDOLPH, R.; SOUTHERN, B. C. (Eds.). . Expansão Metropolitana e Transformações das Interfaces entre Cidade, Campo e Região na América Latina. 1. ed. São Paulo: Max Limonad, 2011. p. 147–166.

GALVÃO, R. F. P. O rural na urbanização paulista em contexto macrometropolitano. Tese de Doutorado, Instituto de Energia e Ambiente, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

GONÇALVES, J. et al. Differentiating peri-urban areas: A transdisciplinary approach towards a typology. *Land Use Policy*, v. 63, p. 331–341, 2017.

HAIR, J. F. J. *et al.* Análise Multivariada dos Dados. Bookman, 2005. n. 27, p. 600.

HECHT, S. The new rurality: Globalization, peasants and the paradoxes of landscapes. *Land Use Policy*, v. 27, n. 2, p. 161–169, 2010.

IBGE. Classificação e caracterização dos espaços rurais e urbanos no Brasil - primeira aproximação. Estudos e Pesquisas. *Informação Geográfica*. n. 11, 2017.

IICA. Tipologia Regionalizada dos Espaços Rurais Brasileiros: implicações no marco jurídico e nas políticas públicas. (Série Des ed. Brasília: [s.n.].

KAGEYAMA, A. A. Rural e Ruralidade. In: *Desenvolvimento Rural: Conceito e aplicações ao caso brasileiro*. 1. ed. Porto alegre: UFRGS Editora, 2008. p. 15–56.

LANGENBUCH, J. R. A estruturação da grande São Paulo - estudo de geografia urbana. Rio de Janeiro: IBGE, 1971.

MARQUES, E.; BARBOSA, J. G.; PRATES, I. Transformações socioeconômicas e grupos sociais. In: MARQUES, E. (Ed.). . A metrópole de São Paulo no século XXI: espaços, heterogeneidades e desigualdades. 1. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2015. p. 21–43.

MARQUES, E.; REQUENA, C. Trajetórias demográficas diversas e heterogeneidade. In: MARQUES, E. (Ed.). . A metrópole de São Paulo no século XXI: espaços, heterogeneidades e desigualdades. 1. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2015. p. 147–171.

MARQUES, E. Espaço e grupos sociais na virada do século XXI. In: MARQUES, E.; TORRES, H. da G. (Org.). São Paulo: segregação, pobreza e desigualdades sociais. 1. ed. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2004, p. 57-80.

MARQUES, M. I. M. O conceito de espaço rural em questão. Terra Livre - São Paulo, v. 18, n. 19, p. 95–112, 2002.

MARQUES, M. I. M. Algumas considerações sobre o entorno rural da cidade de São Paulo. In: OLIVEIRA, A. U. DE; CARLOS, A. F. A. (Eds.). . Geografias das Metrôpoles. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2016. p. 133–149.

MIKETEN, S. Agricultura e conservação ambiental: o caso da APA Bororé-Colônia no município de São Paulo. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2013.

MURDOCH, J. 2003: Co-constructing the countryside: hybrid networks and the extensive self. In Cloke, P., editor, Country visions, London: Pearson, 263–82.

OVERBEEK, G.; TERLUIN, I. Rural areas under urban pressure: case studies of rural-urban relationships across Europe. [s.l.: s.n.].

REGIDOR, J. G. Territorial Agriculture and Rural Development: From Agricultural Support to Territorial Policies. In: OECD (Ed.). . The Future of Rural Policy: from sectoral to place-based policies in rural areas. Paris: OECD Publishing, 2003. p. 252.

SANTORO, P. F. Perímetro urbano flexível, urbanização sob demanda e incompleta: o papel do Estado frente ao desafio do planejamento da expansão urbana. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, v. 16, n. 1, p. 169–187, 2014.

TRAVASSOS, L.; FERREIRA, R. C. O Periurbano e o Rural Metropolitanos: desafios para a elaboração do plano diretor regional do grande ABC. Anais III Congresso Internacional Gestão Territorial para o Desenvolvimento Rural, 2016.

TRAVASSOS, L.; PORTES, B. Rural Metropolitanano: caracterização e regulação na Região Metropolitana de São Paulo (Brasil). Revista de Geografia e Ordenamento Territorial, n.14, p.359-380. Setembro, 2018.

TORRE *et al.*: Identifying and measuring land-use and proximity conflicts: methods and identification. *SpringerPlus*, 2014, 3:85.

VEIGA, J. E. DA. Destinos da ruralidade no processo de globalização. *Estudos Avançados*, v. 18, n. 51, p. 51–67, 2004.

WANDL, D. I. et al. Beyond urban-rural classifications: Characterising and mapping territories-in-between across Europe. *Landscape and Urban Planning*, v. 130, n. 1, p. 50–63, 2014.

WANDERLEY, M. N. B. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas – o “rural” como espaço singular e ator coletivo. *Estudos Sociedade e Agricultura*, v. 15, p. 87–145, 2000.

WANDERLEY, M. N. B.; FAVARETO, A. A Singularidade do Rural Brasileiro: implicações para as tipologias territoriais e a elaboração de políticas públicas. In: *Concepções da Ruralidade Contemporânea: as singularidades brasileiras*. 21. ed. Brasília: IICA (Série Desenvolvimento Rural Sustentável), 2013, p. 413–472.

WOODS, M. Engaging the global countryside: globalization, hybridity and the reconstitution of rural place. *Progress in Human Geography* 31, 2007, p. 485–508.

WOODS, M. Rural geography: Blurring boundaries and making connections. *Progress in Human Geography*, v. 33, n. 6, 2009, p. 849–858,